

Trajetória do pensamento e das intervenções nas cidades ao longo do tempo: da abordagem disciplinar à necessidade interdisciplinar

Noan Sallati ¹

¹Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP)

Citação deste Artigo (ABNT)

SALLATI, Noan. Trajetória do pensamento e das intervenções nas cidades ao longo do tempo: da abordagem disciplinar a necessidade interdisciplinar *Cadernos de Ciências Sociais Aplicadas*, [S. l.], v. 22, n. 3, [s.d.]. DOI: 10.22481/ccsa.v22i3.17214.

Recebido em: 18/07/2025.

Aprovado em: 18/09/2025.

Autor para Correspondência

Noan Sallati

noansllt@gmail.com.



Copyright: © 2025 Cadernos de Ciências Sociais Aplicadas.

This article is an open access article distributed under the terms and conditions of the Creative Commons Attribution (CC BY) license.

Resumo O objetivo do presente trabalho é demonstrar a trajetória do pensamento e das intervenções nas cidades ao longo do tempo histórico. Por meio de uma revisão de literatura, demonstra-se por quais campos do conhecimento os problemas urbanos foram pensados e tratados na sociedade ocidental, abarcando desde o período pré-Revolução Industrial até o decorrer do século XX. Ao concluir o percurso cronológico, o artigo traz elementos e mostra que a sociedade atual atingiu elevado grau de complexidade, de tal modo que seus fenômenos e demandas não são plenamente compreendidos e solucionados mediante um único campo do conhecimento ou saberes desconectados. Comprova-se, desse modo, a necessidade de uma abordagem interdisciplinar, com a concepção de que esta coloca diversas visões em diálogo arbitrado, porém, rompe com o paralelismo e exerce a combinação, útil para a compreensão de objetos amplos, permitindo, desse modo, um entendimento mais completo acerca do objeto de estudo. Finaliza-se o artigo com exemplos de políticas públicas que comprovam a necessidade de conciliação de campos do conhecimento para uma resposta acurada e eficaz.

Palavras-chave: Cidades. Interdisciplinaridade. Políticas públicas.

Trajectory of thought and interventions in cities over time: from disciplinary approach to interdisciplinary necessity

Abstract: This paper aims to demonstrate the trajectory of thought and interventions in cities over historical time. Through a literature review, it shows which fields of knowledge have addressed urban problems in Western society, spanning from the pre-Industrial Revolution period to the 20th century. At the end of the chronological path, the article presents elements and argues that contemporary society has reached such a level of complexity that its phenomena and demands cannot be fully understood or solved through a single field of knowledge, or by disconnected areas of expertise. Thus, the need for an interdisciplinary approach is presented, understanding that interdisciplinarity brings different perspectives into a mediated dialogue, but breaks the parallelism and fosters combination, which is useful for understanding broad objects of study, thus enabling a more comprehensive understanding of the subject. The article concludes with practical examples of public policies that involve and/or require the reconciliation of various fields of knowledge for an accurate and effective response.

Keywords: Cities. Interdisciplinarity. Public policies.

Introdução

As alterações na vivência e no modo de se relacionar dos indivíduos ao longo da história influenciaram para sempre as formas de ocupação do território, e as cidades têm papel preponderante nessa metamorfose.

A origem das cidades está intrinsecamente ligada à Revolução Neolítica (cerca de 10.000 a.C. em regiões como o Crescente Fértil), quando a transição de um estilo de vida nômade de caçadores-coletores para uma existência sedentária estabeleceu as bases necessárias para a fixação de grandes assentamentos humanos. Tal fenômeno foi possível graças a processos históricos, entre eles, excedente de alimentos, crescimento populacional, especialização do trabalho, e desenvolvimento tecnológico e estrutural.

Nos períodos da Antiguidade, os primeiros embriões de conglomerados de que se tem notícia, nas planícies da Mesopotâmia, datam do terceiro milênio antes da Era Cristã. Os conglomerados – assentamentos onde se desenvolveram as histórias, costumes e atividades dos indivíduos –, conhecidos como as primeiras cidades, são retratados por Rolnik (1995, p. 13) conforme um ímã, um campo magnético que atrai, reúne e concentra os homens.

Essa atração exercida por determinados lugares se iniciou com a construção de locais cerimoniais, os chamados templos, onde o grupo se reunia e consolidava os hábitos sedentários de um conjunto de pessoas. Concomitantemente, a gestão da produção agrícola e o desenvolvimento de obras hídricas, como sistemas de irrigação,

reforçavam a necessidade de permanência e de cooperação.

Os empreendimentos significavam compromisso com a localização das novas construções e com a existência de trabalho organizado, que necessitava de planejamento e regulação interna. Assim, os construtores fabricavam um habitat e, ao mesmo tempo, se dispunham enquanto organização política. Esse processo implica o início da sociedade de classes (Rolnik, 1995; Carlos, 2009).

O passar do tempo histórico mostra os avanços das cidades. São exemplos: a polis, cidade-estado grega, amplamente conhecida pela política de organização para a vida pública na cidade; o território de Roma, cujo povoamento se fundamentou em uma considerável rede de estradas e portos, com a finalidade de auxiliar a pujante comercialização de mercadorias¹.

A cidade é uma realização humana, uma criação que vai se constituindo ao longo do processo histórico e que ganha materialização completa, diferenciada, em função de determinações históricas específicas (...) A cidade, em cada uma das diferentes etapas do processo histórico, assume formas, características e funções distintas. Ela seria assim, em cada época, o produto da divisão, do tipo e dos objetos de trabalho, bem como do poder nela centralizado (Carlos, 2009, p. 57).

As transformações e diferentes formas de relação dos indivíduos com a cidade perduraram ao longo dos séculos:

¹ Embora não discuta amplamente esse tema, o texto reconhece a existência de outros assentamentos e sociedades organizadas no passado, como, por exemplo, na América Latina, conforme reportagem da Revista Piauí: “Amazônia pré-colombiana tinha ‘cidades’ com pirâmides e estradas” (Piauí, 2022).

Babilônia, Roma, Jerusalém – cidades amuralhadas, de limites precisos, cujas portas permitiam ou bloqueavam o contato com o mundo exterior. Pensei então na ironia de Wall Street, a rua do muro que limitava a cidade de Nova York, no século XVII, transformando-se no centro do mercado financeiro internacional, símbolo de um mundo onde as cidades não têm fim. No início da história americana, quem se dirigia a Nova York deparava-se com seus portões. Hoje esta possibilidade não existe mais: não se está nunca diante da cidade, mas quase sempre dentro dela. O espaço urbano deixou assim de se restringir a um conjunto denso e definido de edificações para significar, de maneira mais ampla, a predominância da cidade sobre o campo. Periferias, subúrbios distritos industriais, estradas e vias expressas recobrem e absorvem zonas agrícolas num movimento incessante de urbanização. No limite, este movimento tende a devorar todo o espaço, transformando em urbano a sociedade como um todo. (Rolnik, 1995, p. 12).

Tais processos de desenvolvimento ressignificaram os espaços e fizeram emergir a necessidade de estudos e de conceitos. Diversos foram e são os campos do conhecimento que se dedicam a explicar as cidades passíveis de influências e metamorfoses de acordo com a conjuntura a qual se expunham.

Diante da crescente complexidade das formações urbanas, o questionamento é se abordagens disciplinares isoladas são suficientes para compreender e solucionar os problemas advindos desse processo. O objetivo do presente artigo é, pois, demonstrar a trajetória do pensamento e das intervenções nas cidades ao longo do tempo histórico, com o argumento de que a natureza intrincada dos sistemas urbanos exige rompimento com percursos únicos. Para tal fim, detalha-se o modo pelo qual as cidades foram pensadas, desde os primeiros estudos e intervenções até a atual e necessária visão

interdisciplinar. Conclui-se com exemplos práticos do tempo corrente para ilustrar os diferentes aspectos do assunto que ora se discute.

As primeiras propostas de soluções para os problemas urbanos baseiam-se em pelo menos três pontos de vista disciplinares: médico-higienista, engenharia-sanitarista e moral-filantropico. Depois, emergem o urbanismo e, em menor escala, a engenharia, para tentarem estabelecer uma nova ordem urbana, orientada por um processo de ruptura histórica com os padrões das cidades tradicionais.

A partir da segunda metade do século XX, as cidades se tornam também objeto de análise de outras disciplinas, por exemplo, a sociologia. No fim desse século, mais intensamente, no século XXI, para lidar com a complexidade daquele momento, surge a necessidade de renunciar o percurso único e adotar, em conjunto, diferentes áreas, representados na interdisciplinaridade. Exemplos práticos de políticas públicas evidenciam a evolução do pensamento e a necessidade de conciliação de campos de conhecimento para a efetiva abordagem dos dilemas urbanos.

A trajetória do pensamento e das intervenções nas cidades

Conforme discorre Foucault (2007, p. 171), a partir do século XVIII, foi possível examinar e classificar as palavras, documentos e fenômenos por disciplina. Isso se deve aos avanços significativos da ciência, por meio da observação de eventos, do crescente interesse

econômico e filosófico sobre variados assuntos e da racionalidade e precisão apuradas nas análises. Em meio às descobertas e ao aperfeiçoamento técnico, despertavam, concomitantemente, diferentes explicações e formas de classificação para os mesmos acontecimentos, visto que a história e o desenvolvimento de disciplinas e áreas de conhecimento estão indissolúvelmente associados à permanente formação de suas identidades e fronteiras (Velho, 2002, p. 37).

Essa categorização também acontecia com as elaborações de base científica sobre a formação das cidades. Vasconcelos (2015) narra que as primeiras definições e ensaios ocorrem no início do século XIX, resultantes da posição de destaque, da conjuntura social, tecnológica e da mudança dos territórios como instância social: as cidades tornaram-se palco de acontecimentos marcantes e a Primeira Revolução Industrial (1760-1840), um prelúdio de movimentos demográficos, de transformação das cidades em locais de moradia e de trabalho de milhões de pessoas.

Identificada cronologicamente a partir de metade do século XVIII, a Revolução Industrial findou por mudar os rumos da história e ressignificar, sobretudo o ambiente das cidades, que passaram a ser rota de destino das populações campesinas, as quais para ela seguiam em busca de novas oportunidades de trabalho (Cruz; Tavares, 2018, p. 1122).

De acordo com Garbossa e Silva (2016, p. 30), a Revolução Industrial é quase imediatamente acompanhada por um expressivo crescimento demográfico das cidades, iniciando-se pela Inglaterra, seguida da França, Alemanha e de outros países do continente. Naquele momento,

enquanto a população mundial se quadruplicava, a população urbana se multiplicava por dez.

Friedrich Engels, em viagem para a Inglaterra na década de 1840, analisa as consequências desses fatos e as novas configurações dos espaços:

Essa imensa concentração, essa aglomeração de 2,5 milhões de seres humanos num só local, centuplicou o poder desses 2,5 milhões: elevou Londres à condição de capital comercial do mundo, criou docas gigantescas, reuniu milhares de navios, que cobrem continuamente o Tâmsa. Não conheço nada mais imponente que a vista oferecida pelo Tâmsa, quando se sobe o rio, do mar até a ponte de Londres. A massa constituída pelo casario, os estaleiros em ambos os lados, sobretudo acima de Woolwich, os incontáveis navios dispostos ao longo das duas margens, apertando-se sempre mais uns contra os outros a ponto de só deixarem livre uma estreita passagem no meio do rio, na qual se cruzam velozmente centenas de barcos a vapor – tudo isso é tão extraordinário, tão formidável, que nos sentimos atordoados (...). O que é verdadeiro para Londres também o é para Manchester, Birmingham e Leeds – é verdadeiro para todas as grandes cidades. Em todas as partes, indiferença bárbara e grosseiro egoísmo de um lado e, de outro, miséria indescritível (...) e tudo isso tão despuorada e abertamente que ficamos assombrados diante das consequências das nossas condições sociais, aqui apresentadas sem véus, e permanecemos espantados com o fato de este mundo enlouquecido ainda continuar funcionando (Engels, 2010, p. 67-69).

Engels (2015) também discute sobre a questão da moradia no mesmo período:

O que hoje se entende por escassez de moradia é o peculiar agravamento das más condições de moradia dos trabalhadores em razão da repentina afluência da população às metrópoles; é o aumento colossal dos preços do aluguel; é a aglomeração ainda maior de

moradores nas casas particulares; e, para alguns, é a total impossibilidade de encontrar alojamento. (...) Ela não se limitou à classe dos trabalhadores, mas acabou atingindo também a pequena burguesia (Engels, 2015, p. 38).

Bresciani (2015, p. 23) disserta que as primeiras propostas de soluções para os problemas urbanos foram influenciadas pela concepção filosófica utilitária formulada por Jeremy Bentham, em seus Escritos sobre o Panóptico, no ano de 1787. As teorias dariam respostas aos problemas da cidade fundamentadas em, pelo menos, três pontos de vista disciplinares: médico-higienista, engenharia-sanitarista e moral-filantrópico. Com base em intervenções sanitárias, arquitetônicas e viárias:

Configuraram-se ações destinadas a abrir o tecido tortuoso da antiga malha urbana medieval das cidades europeias, a desfazer a alta densidade da área edificada, a desamontoar pessoas e evitar comportamentos promíscuos, sanear casas e edifícios de uso coletivo, criar espaços verdes, embelezar espaços públicos, possibilitar a circulação intramuros viabilizando o fluxo de mercadorias e pessoas, fazer, enfim, com que o fluxo urbano coincidissem com o movimento do capital. Ações das quais dependiam a saúde, a formação moralizante e a possibilidade de modificar usos e costumes da população e, não menos importante, evitar ou conter revoltas sociais (Bresciani, 2015, p. 24).

Ocorre, no entanto, que, as análises, planos e medidas de concepção filosófica utilitária, os quais almejavam uma nova organização do território urbano e o estado de completo bem-estar da população, mostravam-se incipientes para lidar com todas as disfunções das cidades. Beguin (1991, p. 40) relata que nesse período havia somente a mera relação entre industrialização, crescimento demográfico e patologias urbanas. A

partir dos anos 1830, o refinamento e a superação de determinados conceitos cederam lugar à “questão urbana”. Esse processo de amadurecimento resultou também em considerações e planejamentos em longo prazo para as cidades e seus habitantes.

No horizonte destas pesquisas, uma vontade de atacar as causas e não os efeitos, a ideia de que é melhor prevenir do que curar ou reprimir, e a certeza de que os investimentos que poderão ser realizados para melhorar a salubridade e desenvolver a higiene serão fartamente recuperados por outro lado, sob a forma de um ganho em saúde e uma aptidão melhor ao trabalho (Beguin, 1991, p. 40).

Somente na segunda metade do século XIX, quando se tornaram prementes as transformações e a expansão física das cidades, trabalhos dedicados às intervenções urbanas começaram a ser publicados (Calabi, 2000, p. 38). A formação do campo de estudos e a ação sobre as cidades contaram com a participação massiva de arquitetos e engenheiros, de indivíduos de áreas distintas do conhecimento (ciência política, advocacia, história, biologia, medicina, jornalismo) e de outros intelectuais, o que tornou o processo bastante complexo, conforme expõe Bresciani (2015, p. 25). De acordo com a autora, a nacionalidade desses profissionais (britânicos, alemães, franceses, austríacos, espanhóis, italianos, estadunidenses), as diferentes visões e escolas comprovam a complexidade dos estudos e observações.

Nesse contexto de troca de informações, das primeiras literaturas sobre intervenções urbanas e de desenvolvimento de planos para os

conglomerados, que o campo de ação assumia a denominação de “urbanismo”, no início do século XX. Ocorre, contudo, que na trajetória formativa, o campo do urbanismo acumulou subsídios desde a primeira metade do século XIX (Bresciani, 2015, p. 26), quando algumas capitais da Europa Ocidental apresentavam condições de vida precárias, conforme assegura Engels.

François Choay (2015) concorda que o urbanismo consiste em resposta às questões sociais e de planejamento das cidades recém-industrializadas. Tal problema se situa bem antes da criação da terminologia, quando a sociedade industrial começava a tomar consciência de si e a questionar suas realizações (Choay, 2015, p. 3).

Escrevendo sobre as origens da urbanística moderna nas sociedades europeias (...) Leonardo Benevolo assinalou que a rápida metamorfose das antigas cidades nas quais a indústria foi se abrigoando, bem como o surgimento das novas cidades industriais, logo deixou patente a insuficiência dos “métodos tradicionais de controle urbanístico” herdados do feudalismo (Benevolo, 1981, apud Martins, 2000, p. 39).

No mesmo período, manifestam-se a necessidade e a urgência de uma “nova metodologia urbanística sem quaisquer ligações com a antiga” para combater os “males da cidade industrial” que, a cada dia, se avolumavam e ganhavam mais evidência (Benevolo, 1981, apud Martins, 2000, p. 39). Nesse momento, o objetivo do urbanismo foi, portanto, estabelecer uma nova ordem urbana, orientada por um processo de ruptura histórica com os padrões das cidades tradicionais (Cruz; Tavares, 2018, p. 1125).

Bresciani (2015, p. 31) utiliza o exemplo de Paris para ilustrar o princípio da descontinuidade e explicar as respostas dos agentes do Estado para as novas demandas: as transformações eram concebidas com a intenção de sanear, ampliar e embelezar a capital francesa, mediante grandes obras de instalação de equipamentos de saneamento, alargamento e construção de vias para transporte e criação de parques e bosques. Não raro, acontecia ainda a criação de prédios de uso coletivo (mercados, escolas, hospitais, prisões) no centro da cidade. Devido à então conjuntura do continente, outras cidades europeias, Barcelona e Viena, passavam por processos similares.

As transformações no espaço são consideradas o primeiro exemplo de política urbana. Apesar de, no início, serem debatidas por profissionais de diversas formações, tornaram-se naquele momento intervenções de responsabilidade exclusiva de arquitetos e engenheiros. Bresciani (2015, pp. 41-43) narra episódios de debates acirrados entre personagens dessas duas áreas, já que as opiniões sobre o projeto e o desenho do espaço urbano divergiam. Beguin (1991) relata um protagonismo dos engenheiros naquele período: “As grandes medidas de prevenção – a drenagem, a viabilização das ruas e das casas graças à água e à melhoria do sistema de esgotos, a adoção de um sistema mais eficaz de coleta de lixo – são operações que recorrem à ciência do engenheiro” (Beguin, 1991, p. 44).

Depois dos meados do século XX, os engenheiros perdem o papel de destaque na execução do projeto, mas continuam responsáveis pela tomada de decisões sobre os rumos da cidade. Situação idêntica ocorre posteriormente com os arquitetos, cuja presença se mantém relevante no que se refere ao desenho e ao planejamento da política urbana ou aos problemas arquitetônicos que porventura surgissem na questão da habitação (Beguin, 1991, p. 49), mas sem o status absoluto de outrora.

Apesar de as intervenções nos conglomerados já serem consideradas políticas urbanas, autores e trabalhadores estatais não as vinculavam a uma ação pública. As mudanças, ferramentas de decisão governamental foram produto da Guerra Fria, uma forma de valorizar a tecnocracia e enfrentar suas consequências (Souza, 2006, p. 22). Desse modo, as atitudes visavam somente ações pontuais, consistiam em respostas a problemas específicos, como remodelar a cidade para evidenciar uma nova característica (a industrial), sanar problemas que comprometiam a saúde dos moradores (esgoto e outras substâncias a céu aberto, por exemplo) e criar espaços de uso coletivo.

Nesse período, os geógrafos também participam das análises sobre as cidades. Abreu (2002, pp. 43-44) constata que os conglomerados se mantêm desde muito tempo nos estudos geográficos e tiveram, na figura de Friedrich Ratzel (1844-1904), um de seus principais expoentes. A partir de 1900, a disciplina consolida-se, entretanto, na condição de ciência

(Souto, 2016, p. 198) e ganha importância na produção de conhecimentos urbanos, devido aos estudos de escala local/regional e aos debates ambientais, especificamente, à anteposição do homem em relação ao ambiente (Abreu, 2002, p. 44).

Por meio do pensamento da geografia, uma visão promissora de integração e interdependência antecipa o que hoje se vincula diretamente ao planejamento, em disciplinas como Economia, Administração e Políticas Públicas. Um exemplo, o meio ambiente e os efeitos decorrentes da ação humana são uma questão de longo prazo e estão intrinsecamente relacionados a diferentes atores – indústrias, governo.

A partir da segunda década do século XX, quando as sociedades acumulam um volume considerável de conhecimentos e aceleram em alto grau os processos de transformações sociais, as cidades se tornam objeto de investigação de outras disciplinas, como a sociologia, ciência diretamente influenciada pela recém-criada Escola de Chicago.

A Universidade de Chicago, nos Estados Unidos, foi fundada em 1895. Em 1910, o professor Albion Small criou o Departamento de Sociologia (Becker, 1996, p. 177). Nesse setor, inicia-se um programa de pesquisas voltado às comunidades de imigrantes e à pobreza. Logo depois, devido à influência de Robert Park, passa-se a estudar a cidade em si. Diante do quadro de crescimento demográfico e de expansão da mancha urbana, esse pesquisador defendia o estudo dos conglomerados para compreender o que se passa no mundo (Becker, 1996, p. 180).

Sob a orientação de Park, duas ou três gerações de cientistas sociais se formaram e iniciaram sua vida profissional. Ele não teve influência apenas sobre a sociologia: os historiadores, por exemplo, começaram a estudar a história de Chicago; os cientistas políticos, as organizações políticas da cidade e a natureza da máquina política local – um importante estudo sobre os políticos negros em Chicago foi elaborado; os economistas voltaram sua atenção para a economia da cidade (Becker, 1996, p. 181).

Pesquisas sobre criminalidade, localização geográfica dos diferentes grupos étnicos e sociais, separação de classes sociais no território, organização política e econômica, processos de industrialização, emprego e desemprego, e até reflexões de natureza antropológica, estavam presentes nos estudos sobre a cidade. “Era fundamental compreender o contexto em que se davam os fatos estudados” (Becker, 1996, p. 186-187).

Cabe destacar que autores pioneiros como W. Thomas e R. Park percorriam várias áreas de pesquisa e reflexão e dificilmente poderiam ser enquadrados num simples rótulo. O mesmo pode ser dito de vários de seus alunos e de pessoas de outras gerações (Velho, 2011, p. 170).

Observa-se, desse modo, a abrangência das análises sobre os diferentes fenômenos presentes nos conglomerados, muitos, sem a devida abordagem até então. As investigações e dissertações estimulam a elaboração de teorias e conceitos sociológicos – com foco na questão social –, além de procedimentos metodológicos. Um dos principais legados é o fato de o estudo da cidade integrar diferentes eventos, violência, segregação e trabalho. Essa aproximação das temáticas é relevante em razão do crescimento das

cidades, e conseqüentemente, da necessidade de compreender a complexidade desse fato.

Apesar de constituir uma inovação e servir de parâmetro para muitas pesquisas, a Escola recebeu críticas ao considerar paradigma os estudos comportamentais em detrimento de uma análise abrangente de outras variáveis. O campo disciplinar produziu um vasto e variado conjunto de pesquisas direcionadas à investigação dos fatos sociais e adotou a perspectiva do comportamento do indivíduo na sociedade e de suas ações, deliberadas por decisões individuais. Os modelos para entender os fenômenos também eram recorrentes e representaram um equívoco quando aplicados para interpretar realidades distintas daquelas nas quais foram produzidos.

Inicialmente, o prisma das investigações foi quase sempre a cidade de Chicago, sede da Universidade e do Departamento. “Por um bom tempo, estudar Sociologia nos Estados Unidos era estudar a cidade de Chicago” (Becker, 1996, p. 183). Após a Segunda Guerra Mundial (1939-1945), os estudos passaram a se concentrar em outras localidades. As investigações sobre os acontecimentos urbanos conduziram à chamada “Sociologia Urbana”, campo de conhecimento influente, dedicado às cidades, na segunda metade do século XX.

Esse novo campo de estudo que se iniciou nos Estados Unidos ampliou suas fronteiras em direção à Europa anos depois:

Após o interregno político e de produção acadêmica europeia de entre guerras, a sociologia urbana ressurgiu na Europa, pela mão de Raymond Ledrut (1968), Henri Lefebvre (1968, 1974) e de Manuel Castells

(1973, 1984), discípulo deste. Estes autores renovam profundamente o quadro de análise sociológica da cidade, ao dirigirem a investigação para a relação entre o ordenamento urbano e a estrutura social. A relação da cidade com os movimentos sociais e o papel do Estado ganha proeminência (Fortuna, 2002, p. 125).

A investigação dos fenômenos sociais que ocorriam especificamente no meio urbano das grandes metrópoles foi ponto de partida para se repensar o modo de análise dos conglomerados que, por serem heterogêneos, necessitavam de um olhar plural de campos do conhecimento. Essa demanda foi de fato assimilada e sugerida por alguns estudiosos.

Para os sociólogos franceses, o urbanismo e a urbanização deveriam ser vistos não como fenômenos autônomos, e sim como parte de uma estrutura mais ampla, em que exigências econômicas, arranjos políticos e atores sociais convergiam. Em outras palavras, o urbano deveria ser compreendido como espaço socialmente produzido, fenômeno que assume diferentes configurações de acordo com os vários modos de organização socioeconômica e de controle político em que está inserido (Valladares; Freire-Medeiros, 2002, p. 65).

Nessa perspectiva, Xavier defende a seguinte tese:

É inviável a compreensão dos processos sociais na esteira dos princípios dialéticos se destoadada de uma perspectiva que contemple a relação indivíduo-sociedade. Somente à Sociologia perspectiva de tal natureza é inerente, o que não significa que o deciframento de problemas sociais deve ser despojado da influência de ciências outras (Xavier, 2013, p. 2-3).

O avanço técnico-científico-informacional da sociedade nas últimas décadas confirmou a necessidade de uma análise mais integrada sobre os fatos e demandas urbanas. No fim do século XX e, principalmente, no século XXI, verificou-se

a insuficiência da análise, do planejamento e da explicação das cidades e de seus fenômenos com base somente em um campo do conhecimento. As áreas que dedicam seus estudos ou parte deles às cidades – geografia, economia, demografia, urbanismo, sociologia – são relevantes e possuem particularidades, mas, se integradas a outras esferas, conseguem oferecer respostas mais precisas e completas aos dilemas que apresentam.

Em suma, é indispensável considerar as contribuições interdisciplinares. A combinação de múltiplas áreas do conhecimento consiste em ferramenta para superar as limitações e realizar os estudos e intervenções de modo preciso e acurado².

A compreensão das dinâmicas que caracterizam o espaço urbano, quer seja na dimensão de sua produção, quer seja na esfera de seu consumo, demandam uma abordagem obrigatoriamente interdisciplinar. Sobre este tema se debruçam uma extensa gama de disciplinas e saberes, cada uma contribuindo para desvelar os processos que engendram a cidade: geógrafos, sociólogos, economistas, engenheiros, cientistas políticos e arquitetos e urbanistas, dentre outros profissionais, contribuem e se complementam na interpretação desses processos (Otero, 2017, p. 01).

A necessidade de estudar a cidade surgiu das suas dinâmicas e das transformações advindas da primeira Revolução Industrial. Da mesma forma, a preocupação em entender os processos que engendram heterogeneidades no espaço

² Uma abordagem pautada na interdisciplinaridade, segundo Olga Pombo (2008), aprecia as visões em conjunto, porém rompe com o paralelismo e exerce a combinação, útil para a compreensão de objetos amplos, visto que permite o entendimento mais completo acerca do objeto de estudo.

mobiliza esforços de muitos campos do saber (Otero, 2017, p. 2). Em face de cenários cada vez mais herméticos e interrelacionados, estudos conjuntos para entender fatores históricos e metamorfoses atuais são imprescindíveis.

Compreender esses eventos exige renunciar um percurso único ou não se conformar com a relação linear de causa e efeito (Bresciani, 2002, p. 23). Dessa maneira, as especialidades que denotam conhecimentos e qualificações distintas se entrecruzam com o objetivo de transcender a noção de disciplinaridade para explicar dado fenômeno de maneira mais ampla.

Jane Jacobs dissertou, décadas atrás, sobre a ineficiência de investigações e ações pautadas em campos do conhecimento restritos, os quais, ao se empenharem sobre problemas complexos, tendem a oferecer soluções simplistas e inoperantes.

A torpeza, se se pode chamar assim, é o fracasso bastante compreensível da nossa sociedade em acompanhar as mudanças históricas prementes. As mudanças históricas pertinentes neste caso são não só o crescimento descomunal das grandes cidades como também o das responsabilidades – de habitação, bem-estar social, saúde, educação, planejamento regulamentar – assumidas pelos governos. As soluções rotineiras, implacáveis, desastrosas e simplistas para todos os tipos de necessidades físicas das cidades (sem falar nas necessidades sociais e econômicas) só podem ser inventadas por máquinas administrativas que perderam o poder de compreender, manejar e avaliar uma infinidade de detalhes vitais, únicos, complexos e interdependentes (Jacobs, 2011, pp. 453-454).

No cenário brasileiro, autores como o Economista Wilson Cano e a arquiteta e urbanista Ermínia Maricato convergem para a realidade de

desorganização urbana do país — sua origem e complexidade — e para a primordialidade de um percurso diverso no tratamento e atuação sobre as cidades.

Cano (2011, p. 258), ao dissertar sobre a conjuntura brasileira na segunda metade do século XX, aponta para a necessidade de intervenções nas áreas de planejamento urbano, saneamento, transporte público e até na questão de zoneamento. Maricato (2015, p. 29), cujo parecer tem o mesmo objetivo, também cita a carência de políticas públicas na área de transporte, saneamento, e inclui nesse rol habitação e segurança. A autora ressalta, ademais, questões burocráticas do serviço público e cita a necessidade de um contingente adequado de servidores para enfrentar os múltiplos problemas que se apresentam.

Milton Santos (2013, p. 26) argumenta: as cidades são um lugar privilegiado do impacto das modernizações e é um grande erro considerar a urbanização e seus problemas como uma variável independente e não da forma que ela realmente é: um fenômeno. Na obra “O espaço do cidadão”, o geógrafo afirma que os centros urbanos constituem palco de problemas como gentrificação, transporte público, trabalho e dificuldades da população no acesso a direitos, educação, saúde, moradia e lazer (2020, p. 124).

Os três autores citados, de áreas do conhecimento distintas, convergem para a situação adversa do Brasil: mostra-se a realidade sempre pelo prisma da complexidade e da incapacidade de resolver os muitos problemas que assolam o

espaço urbano com narrativas simplistas e únicas ou independentes entre si.

A sociedade atual é formada por uma grande quantidade de agentes, empresas de diferentes ramos e indivíduos com várias particularidades e culturas. Todas essas peças estão em constante interação. No campo prático, o Estado deve entender essa complexidade e propor políticas públicas factíveis; porém, terá êxito somente mediante uma perspectiva interdisciplinar e intersetorial, se considerar e integrar diferentes áreas de conhecimento para pensar e solucionar as respectivas questões.

Um exemplo prático, no Brasil, é o Programa De Braços Abertos (DBA), instituído pela prefeitura da cidade de São Paulo no ano de 2014. A política, pautada na metodologia de redução de danos, tinha o objetivo de promover a reabilitação psicossocial de usuários de drogas em situação de vulnerabilidade social. Para tanto, ofertava um pacote de direitos: atenção à saúde, assistência social, alimentação, hospedagem, renda, por meio da força de trabalho, e qualificação profissional.

Para alcançar tal objetivo, a política se estruturou em torno de diferentes secretarias do município, tendo em vista que apenas um setor não conseguiria responder efetivamente a um problema complexo, o combate às drogas, por exemplo. Participaram, entre outras: secretaria da saúde, educação, assistência e desenvolvimento social, direitos humanos e cidadania, segurança pública, trabalho, desenvolvimento urbano e esportes. Especialistas convidados e membros da

sociedade civil organizada também tiveram parte nas ações. As áreas do conhecimento participavam da discussão dos resultados do programa de forma integrada à gestão, por meio de um colegiado gestor, e no atendimento à população, com uma equipe de servidores de diversos campos de formação, que também atuava no acolhimento dos usuários.

A política pública implementada, durante seus dois anos de existência³, mostrou resultados relevantes, conforme demonstram Ribeiro, Lacerda e Teixeira (2018). É uma demonstração de que problemas complexos só podem ser plenamente compreendidos e enfrentados com a ação conjunta de distintas esferas do conhecimento.

O exemplo ora exposto se adéqua à temática das desapropriações. A remoção de populações de seus locais para construção e/ou ampliação de malhas rodoviárias, metroviárias, ferroviárias, e instalação de malhas energéticas deve ser realizada com a participação de diferentes esferas do Estado.

Em uma situação hipotética, a retirada de um grupo de moradores para ampliar uma rodovia deve envolver diferentes atores: pastas de habitação, para garantir a solução do problema habitacional das famílias; assistência social, com a finalidade de monitorar e resolver as possíveis vulnerabilidades dos indivíduos; o direito, para acompanhar e garantir as prerrogativas dos

³ O Programa foi descontinuado após a mudança da gestão municipal em São Paulo. Com o fim do DBA, a questão das drogas voltou a ser temática única, pautada na segurança pública.

cidadãos. Durante e após a mudança, as famílias também devem ser atendidas por diferentes esferas – saúde, educação, cultura, transporte público e trabalho – seja com equipamentos e construção de estruturas públicas nos locais de moradia, seja com a garantia de que os espaços existentes possam atender à nova demanda.

Outros exemplos podem ser observados em temáticas atinentes ao planejamento urbano, prevenção e combate ao trabalho infantil e à pobreza⁴. Salienta-se, entretanto, que o efetivo funcionamento das políticas públicas requer uma análise integrada das questões e não uma conduta individualizada, sem a devida interação dos diferentes setores estatais.

Academia, sociedade civil organizada e agentes do poder público devem ter em vista a integração dos conhecimentos, as devidas atribuições e, assim, se prepararem para pensar as cidades, entendendo suas múltiplas necessidades, com base em uma abordagem interdisciplinar e intersetorial, e oferecendo respostas eficientes aos desafios e demandas que se impõem cotidianamente.

Considerações finais

⁴ Santos (2013, p. 18) defende a tese de que existem diferentes tipos de pobreza e que esse fato não se resume a uma questão financeira, matemática ou estatística. Codes (2008), em consonância com esse argumento, demonstra minuciosamente a evolução do pensamento e da complexidade do tema, que não deve ser mais considerado somente por meio de uma temática, mas por um conjunto de fatores, similar ao que ocorre com a evolução do pensamento sobre as cidades, apresentada no presente texto.

Com o objetivo de demonstrar a trajetória do pensamento e das intervenções urbanas ao longo do tempo histórico, este artigo mostrou que o estudo e o debate sobre as cidades se intensificaram notadamente a partir da Primeira Revolução Industrial, em decorrência direta das externalidades e das modificações econômicas e sociais resultantes desse processo. As primeiras propostas de soluções para os problemas urbanos surgem nesse período, influenciadas pela concepção filosófica utilitária, datada de 1787. As reflexões dessa corrente dariam respostas a problemática da cidade com base em, pelo menos, três pontos de vista disciplinares: médico-higienista, engenharia-sanitarista e moral-filantrópico, mediante intervenções sanitárias, arquitetônicas e viárias.

As reflexões, planos e medidas da concepção filosófica utilitária eram, no entanto, incipientes para lidar com todas as disfunções das cidades. Nessa conjuntura, a partir da segunda metade do século XIX, principalmente nos primeiros anos do século XX, o urbanismo é uma resposta aos problemas sociais e de planejamento das cidades recém-industrializadas. O objetivo desse campo do conhecimento é estabelecer uma nova ordem urbana, orientada por um processo de ruptura histórica com os padrões das cidades tradicionais, para combater os males da cidade industrial que, a cada dia, se avolumavam e ganhavam mais evidência.

Por alguns anos, a engenharia, concomitantemente com o urbanismo, destacou-se no pensamento e na influência sobre os rumos da

cidade. Depois de meados do século XX, ainda responsáveis pela execução, mas não pela tomada de decisões sobre os rumos da urbe, os engenheiros perdem o protagonismo. Nesse período, a geografia também esteve presente na produção de conhecimentos sobre a cidade, nos estudos de escala local/regional e no debate a respeito da questão ambiental, mais especificamente, a anteposição do homem em relação ao ambiente.

Na metade do século XX, especialmente após a Segunda Guerra Mundial, a sociologia urbana, com grande influência da Escola de Chicago, tem papel ativo nos estudos e políticas urbanas. Na elaboração de teorias, conceitos e procedimentos metodológicos acerca da questão social, um de seus principais legados é o fato de o estudo da cidade integrar diferentes fatores, como violência, segregação e trabalho. Essas teorias, a princípio relacionadas à realidade norte-americana, são importadas por outros países do bloco ocidental, tamanha era sua popularidade e aceitação.

No fim do século XIX, entretanto, a investigação dos fenômenos sociais que ocorriam especificamente no meio urbano das grandes metrópoles foi ponto de partida para se repensar o modo de análise dos conglomerados que, agora, diante da sua heterogeneidade, necessitam do olhar de diferentes campos do conhecimento para que sejam mais bem compreendidos e interpretados.

O artigo defende a realização de uma abordagem interdisciplinar para lidar com a

complexidade da vida urbana e o avanço técnico-científico-informacional presenciado na sociedade nas últimas décadas, já que entender os fatos apresentados e as constantes mudanças exige a combinação de campos do conhecimento distintos. O texto mostrou que é impossível resolver os vários problemas do espaço urbano contemporâneo com narrativas simplistas e únicas ou independentes entre si.

O artigo trouxe exemplos de situações práticas concernentes ao planejamento urbano. Um deles é a política pública contra o uso de drogas “De Braços Abertos”, implementada na década passada na cidade de São Paulo, e casos de desapropriação, de prevenção e combate ao trabalho infantil, à pobreza.

Pensar e enfrentar os problemas da sociedade atual exige a integração de conhecimentos e atribuições, devido à complexidade das demandas contemporâneas e à necessidade de respostas eficazes. Identificar e solucionar fenômenos de modo disciplinar, sem a devida interação e integração de saberes e responsabilidades, são ações de abordagens anacrônicas e ineficientes que devem ser superadas. No pensamento sobre problemas urbanos e respectivas intervenções, estabelecer a relação entre as áreas do conhecimento configura uma evolução, condição necessária à conjuntura corrente.

Referências

ABREU, Maurício de Almeida. A cidade da geografia no Brasil: Percursos, Crises,

- Superações. In: OLIVEIRA, Lúcia Lippi. (Org). **Cidades: história e desafios**. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 2002.
- BECKER, Howard. A escola de Chicago. **Mana**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 2, p. 177-188, out. 1996.
- BEGUIN, François. As maquinarias inglesas do conforto. **Espaço e Debates**, n. 34, NERU, 1991.
- BRESCIANI, Maria Stella Martins. Cidade e História. In: OLIVEIRA, Lúcia Lippi. (Org). **Cidades: história e desafios**. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 2002.
- BRESCIANI, Maria Stella Martins. Interdisciplinaridade – transdisciplinaridade nos estudos urbanos. **URBANA: Revista Eletrônica do Centro Interdisciplinar de Estudos sobre a Cidade**. Campinas, SP, v. 7, n. 1, p. 10–62, 2015.
- CALABI, Donatella. **Storia dell’urbanistica europea: questioni, strumenti, casi esemplari**. Turim: Paravia. Bruno Mondadori Editori, 2000.
- CANO, Wilson. **Ensaio sobre a crise urbana do Brasil**. Campinas-SP: Editora da Unicamp, 2011.
- CARLOS, Ana Fani Alessandri. **A Cidade**. 8ª Ed, 2ª reimpr. São Paulo: Contexto, 2009.
- CHOAY, Françoise. **O urbanismo: utopias e realidades, uma antologia**. Estudos, volume 67. São Paulo: Perspectiva, 2015.
- CODES, Ana Luiza Machado de. **A trajetória do pensamento científico sobre pobreza: em direção a uma visão complexa**. Brasília: IPEA; 2008. 29 p. (IPEA - Texto para discussão, 1332).
- CRUZ, Mônica da Silva; TAVARES, Regina Lúcia Gonçalves. O planejamento urbano no século XX: ressonâncias das escolas urbanísticas no contexto pós revolução industrial e a historicização da ideia de cidade no Brasil. **Revista de Direito a Cidade**, vol. 10, n.2, 2018.
- ENGELS, Friedrich. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra**. Tradução: B. A. Schumann. São Paulo: Boitempo, 2010.
- ENGELS, Friedrich. **Sobre a questão da moradia**. Tradução: Nélio Schneider. 1ª Ed. São Paulo: Boitempo, 2015.
- FORTUNA, Carlos. Culturas urbanas e espaços públicos: Sobre as cidades e a emergência de um novo paradigma sociológico. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 63, p. 123-148, out. 2002.
- FOUCAULT, Michel. **As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas**. Tradução: Salma Tannus Muchail. 9ª Ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.
- GARBOSSA, Renata Adriana; SILVA, Rodolfo dos Santos. **O Processo de Produção do Espaço Urbano: impactos e desafios de uma nova urbanização**. Curitiba: InterSaberes, 2016.
- JACOBS, Jane. **Morte e vida de grandes cidades**. 3ª Ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2011.
- MARICATO, Ermínia. **Para Entender a Crise Urbana**. 1ª Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2015.
- MARTINS, Sérgio. O Urbanismo: esse (des)conhecido saber político. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, n.3, out. 2000.
- OTERO, Estevam. A interdisciplinaridade na (e da) cidade. **Organizações e Sociedade**, v.6, n.6, p. 1-4, jul/dez. 2017.
- POMBO, Olga. Epistemologia da interdisciplinaridade. **Ideação – Revista do Centro de Educação e Letras da UNIOESTE**, Foz do Iguaçu, PR, v. 10, n. 1, p. 9-40, 1o sem. 2008.
- REVISTA PIAUÍ. Amazônia pré-colombiana tinha “cidades” com pirâmides e estradas. **PIAUI**, 2022. Disponível em: < <https://piaui.folha.uol.com.br/amazonia-pre-colombiana-tinha-cidades-com-piramides-e-estradas/> > Acesso em: 26 mai. 2023.
- ROLNIK, Raquel. **O que é Cidade**. São Paulo: Brasiliense, 1995. (Coleção Primeiros Passos; 203).
- SANTOS, Milton. **Pobreza Urbana**. 3ª Ed, 1ª reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2013.
- SANTOS, Milton. **O Espaço do Cidadão**. 7ª Ed, 3ª reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2020.

SOUTO, Raquel Dezidério. O papel da geografia em face da crise ambiental. **Estud. av.**, São Paulo, v. 30, n. 87, p. 197-212, ago. 2016.

SOUZA, Celina. Políticas públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, Porto Alegre, n. 16, p. 20-45, dez. 2006.

TEIXEIRA, Mirna Barros; LACERDA, Alda; RIBEIRO, José Mendes. Potencialidades e desafios de uma política pública intersetorial em drogas: O Programa "De Braços Abertos" de São Paulo, Brasil. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, 28(3), 1-25, 2018.

VALLADARES, Licia do Prado; FREIRE-MEDEIROS, Bianca. Olhares sociológicos sobre o Brasil urbano: Uma visão a partir do Urbandata-Brasil. In: OLIVEIRA, Lúcia Lippi. (Org). **Cidades: história e desafios**. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 2002.

VASCONCELOS, Pedro Almeida. As metamorfoses do conceito de cidade. **Mercator**, Fortaleza, v. 14, n. 4, p. 17-23, dec. 2015.

VELHO, Gilberto. Antropologia e Cidade. In: OLIVEIRA, Lúcia Lippi. (Org). **Cidades: história e desafios**. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 2002.

VELHO, Gilberto. Antropologia urbana: interdisciplinaridade e fronteiras do conhecimento. **Mana**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 1, p. 161-185, abr. 2011.

XAVIER, Glauber Lopes. Ciência e método: o pensamento marxista de Henri Lefebvre. **CSONline - Revista Eletrônica De Ciências Sociais**, n. 16, jun/set. 2013.

Sobre os Autores

Noan Sallati

Mestre em Ciências Humanas e Sociais Aplicadas pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) e Bacharel em Administração Pública pela mesma Universidade. ID ORCID: 0000-0003-2052-9502. E-mail: noansllt@gmail.com.